

Empreitadas

6. CPE.27.20.DMOSM "Requalificação da Escola Básica de Figueiredo" - Ratificação da aprovação da prorrogação de prazo.

Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de ratificação da decisão do Sr. Presidente da Câmara, em 27/10/2023, que aprovou a prorrogação do prazo por 30 dias da empreitada identificada em epígrafe, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.

Requerente: ARLO, S.A.

EMPREITADA: CPE.27.20.DMOSM "REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DE FIGUEIREDO"

Prazo: 365 + 30 + 45 + 67 + 61 + 32 + 31 dias

Valor do contrato: 1.756.622,00€

Consignação: 08/02/2022

Aprovação P.S.S.: 08/02/2022

Data prevista para a conclusão dos trabalhos: 31/10/2023

Informação: 07 de 27/10/2023

Assunto: Resposta ao quarto Pedido de Prorrogação de Prazo da Empreitada "Empreitada de Requalificação da Escola Básica de Figueiredo – CPE.27.20.DMOSM

Informação:

No cumprimento de despacho superior, para analisar e informar o quarto pedido de prorrogação de prazo por um período de 30 dias, da empreitada em assunto, e que a entidade executante apresentou através do doc. de entrada de 27.10.2023, sou a informar o seguinte:

1 – A **Entidade Executante** (EE) vem requerer a prorrogação do prazo da empreitada, por um período de 30 dias (até 30/11/2023), motivado pelo facto de não conseguirem concluir os trabalhos no exterior devido às condições climáticas adversas que se têm verificado nas últimas semanas.

"vem pelo presente solicitar PRORROGAÇÃO DE PRAZO de execução da referida empreitada motivada por condições climáticas adversas no corrente mês de outubro que impediram a conclusão dos trabalhos no exterior do edifício, nomeadamente, pinturas de muros e de betão poroso, reparação de pavimentos em betão poroso, execução do pavimento em calçada de cubo de granito e a conclusão do assentamento dos gradeamentos exteriores."

Mencionam também a previsão da continuação destas condições impróprias (continuação de períodos de chuva) no início do próximo mês.

"Este prazo, contempla já a previsão de instabilidade climática que se prevê até pelo menos 8 de novembro."

De facto, desde as últimas duas semanas que o estado do tempo não tem permitido a execução de trabalhos no exterior. E tanto no que resta desta semana, como a previsão da próxima não

auguram a possibilidade destes trabalhos poderem ser realizados sem que o resultado final dos mesmos seja comprometido.

A fiscalização nunca poderá aceitar o desenvolvimento dos trabalhos em questão, nessas condições inadequadas, sob pena de daí advirem prejuízos para o município na resolução de futuras - e muito previsíveis - patologias.

2 – O termo da empreitada, se o pedido de prorrogação fosse deferido na íntegra, estaria previsto para dia **30/11/2023**.

Perante o exposto, pelos motivos apontados acima, não sendo estes da responsabilidade do dono de obra e considerando que o cocontratante não tem condições, nesta fase, de realizar os trabalhos no exterior de forma minimamente satisfatória, sou de parecer que o pedido de prorrogação de prazo por um período de 30 dias tem fundamento - sendo da responsabilidade da Entidade Executante as despesas relativas ao estaleiro e contentores provisórios (sistema modular).

3 - Assim sendo, proponho que esta prorrogação, com a duração de **30 dias**, seja concedida sem lugar à aplicação de sanções pecuniárias, de forma a que estas não constituam uma dificuldade adicional ao objetivo primordial - a obtenção do resultado contratual.

O termo da empreitada, se esta prorrogação for deferida na íntegra, está previsto para dia **30/11/2023**.

Deverá ainda a Entidade Executante submeter à nossa apreciação um novo Plano de Trabalhos devidamente adaptado ao prazo de prorrogação que lhe possa ser concedido.

Órgão competente: **Câmara Municipal de Braga**

Empreitada: **“CPE.27.20. DMOSM – “REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DE FIGUEIREDO”**

Assunto: **Aprovação da prorrogação de prazo**

Relativamente à empreitada acima identificada, propõe-se da **prorrogação do prazo por 30 dias**, nos termos definidos na informação técnica do gestor do contrato, prevendo-se a conclusão da obra até 30/11/2023.

Considerando que esta prorrogação de prazo não é motivada por factos imputáveis ao dono de obra, não dará lugar à reposição do equilíbrio financeiro e a entidade executante assegurará a manutenção do sistema modular onde funcionam as instalações provisórias sem qualquer custo adicional para a Câmara Municipal de Braga.